

# Executivo está preso a um OGE que não fez

-- disse Lurdes Pintasilgo  
numa entrevista à RTP

«Este governo, que era um governo para 100 dias, mas é um pouco mais», está preso a um Orçamento que não fez», disse a primeiro-ministro, durante a entrevista que, ontem, concedeu à RTP. Maria de Lurdes Pintasilgo sublinhou, entretanto, que as empresas públicas precisam de uma total remodelação no sentido da sua maior eficiência. Quanto aos aumentos de preços divulgados na sexta-feira referiu serem «totalmente independentes do Fundo Monetário Internacional».

Este aumento, referiu, é independente da estrutura das empresas públicas, das dificuldades interna do País e da crise internacional, nomeadamente, atendendo à subida do preço do petróleo.

«Não temos uma economia constituída para as pessoas», disse, «mas sim para as pessoas ao serviço das economias, e isso é uma modificação que não se opera em três meses», declarou a primeiro-ministro.

«Estou convencida de que vamos, pelo menos, deixar o caminho para uma economia que esteja ao serviço das pessoas e não de um grande polvo que está envolvendo lentamente as pessoas e quase sugando o seu próprio sangue», observou.

Depois de afirmar que o seu Gabinete está, preso a um Orçamento que não fez», Maria de Lurdes Pintasilgo aludiu à necessidade de se promover um «saúdavel equilíbrio das finanças de algumas empresas, que não especificou, salientando o peso da máquina administrativa, que tem «400 mil funcionários em quase dez milhões de habitantes».

Entretanto, recordou a palavra-de-ordem de Giscard d'Estaing, segundo a qual «acabou para os Franceses a sociedade de consumos».

Falando de outros reflexos internacionais da crise do petróleo, a primeiro-ministro recordou que «na vizinha Espanha, no próprio dia da subida do preço do petróleo, se reuniu extraordinariamente o Conselho de Ministros».

«Conosco aconteceu que a subida do preço do petróleo

respondemos com a permanência dos preços», frisou Lurdes Pintasilgo.

Interrogada sobre a presença de uma delegação do FMI em Lisboa a chefe do Executivo salientou que os contactos em curso são feitos com o Banco de Portugal e não com o Governo.

Em vários pontos da entrevista, gravada ontem, à tarde, em S. Bento, Lurdes Pintasilgo preocupou-se com as incidências sociais dos aumentos de preços e disse ter havido o cuidado de as minorar, para o que citou o caso dos transportes.

Com efeito, na opinião da primeiro-ministro, embora a maioria da população possa aguentar estes aumentos, dentro do ritmo de austeridade que vem caracterizando os últimos anos, existem certas camadas, como os reformados, os desempregados e pessoas idosas que terão uma certa dificuldade em suportá-los. Por isso mesmo, será necessário «minorar» os efeitos dos aumentos, embora o País não disponha, neste momento, de recursos capazes de remediar este agravamento de preços. A chefe do Executivo recordou ainda, a este respeito, a situação em que se encontram, por exemplo, alguns pensionistas que recebem 1500\$00, orçamento que não chega sequer para a dieta mínima duma pessoa.

Lurdes Pintasilgo reafirmou, por outro lado, o propósito deste Executivo em tomar medidas que, necessariamente, terão reflexos a médio prazo, dando como exemplo o caso de Sines, onde, «por este Governo ser apenas de 100 dias, não vamos ficar à espera que o molhe seja novamente destruído».

Comentando opiniões segundo as quais este Governo tem vindo a ficar cada vez mais isolado, Lurdes Pintasilgo recordou que «formalmente, ele está isolado desde o princípio», em virtude da sua natureza não partidária. No entanto, as conversas que teve, na semana passada, com os partidos e os parceiros sociais, bem como as numerosas cartas que têm chegado a S. Bento, demonstram, segundo a primeiro-ministro, precisamente o contrário.

